



Livros substituíram os cartões durante assembleia realizada no dia 30 de outubro, em resposta ao massacre no Eixão Sul

CATEGORIA SUSPENDE GREVE, MAS MANTÊM LUTA CONTRA NEOLIBERALISMO NO DISTRITO FEDERAL

A suspensão da greve, na assembleia geral do dia 12 de novembro, finalizou uma etapa da luta permanente de nossa categoria contra os ataques do governo neoliberal de Rodrigo Rollemberg (PSB) aos nossos direitos trabalhistas. (Confira matéria na página 4)

A força dos 29 dias de paralisação impôs ao Governo do Distrito Federal (GDF) um recuo político importante em relação à educação pública e gratuita. Rollemberg teve de retroceder das ações neoliberais que pôs em curso neste ano de 2015 no campo da educação.

Nossa greve forçou o GDF a não mexer em direitos. Ensejou a discussão sobre a gestão neoliberal da educação pública na categoria. Afastou a possibilidade da entrega da gestão das escolas às Organizações Sociais, como ocorre em vários estados.

Também denunciou a criação forjada do caos na gestão pública, cujo intuito é a privatização – por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs), concessões e delegações. Barrou o projeto privatista para a educação trazido de forma antidemocrática e com truculência.

Contudo, a ameaça continua. Alertamos para o fato de que a luta contra os ataques é permanente e diária. O DF está governado por gestores comprometidos com a concepção neoliberal de gestão, mercantilistas, com projetos privatistas para todos os direitos sociais, bens públicos e qualquer outra coisa existente que possa ser transformada em mercadoria e lucro.

O documento analisado na assembleia do dia 12 de novembro, assinado pelo GDF, assegura que ele não irá mexer em direitos validados em legislação e configura um dos motivos da interrupção da greve, mas há pendências. O governador não pagou este ano a última parcela do reajuste das tabelas salariais em vigor. Mas teve de reconhecê-lo, garantir que irá pagá-lo e assegurar o pagamento do retroativo equivalente.

Essas pendências acabaram por antecipar a Campanha Salarial de 2016 e, ao mesmo tempo, mantiveram o governo Rollemberg na ilegalidade. O não pagamento das tabelas salariais do nosso plano de carreira (Lei nº 5.105/13) foi a gota d'água, dentre vários outros direitos insistentemente atacados este ano, que empurrou nossa categoria para a greve.

A não adoção das tabelas em setembro reduziu nosso vencimento e caracterizou o calote de salário que vem sendo ensaiado desde janeiro, com os sucessivos atrasos de diversos pagamentos, como, por exemplo, o do 13º salário de aniversariantes e a pecúnia da licença-prêmio não gozada dos(as) aposentados(as).

Falso caos e criminalização dos sindicatos

Importante lembrar que, no início de 2015, atrasamos o começo do ano letivo em uma semana para forçar o GDF a pagar salários atrasados e assegurar o pagamento da quinta parcela do reajuste. Após um acordo firmado em fevereiro, suspendemos a greve para deliberar sobre a retomada dela ou não, no dia 9 de abril, após o pagamento das tabelas salariais.

No segundo semestre, contudo, Rollemberg decidiu atacar de forma contundente nossos direitos. Usou

a mídia para criar, entre a população, a falsa imagem de que ele era um coitado que pegou a unidade da Federação falida financeiramente e que os responsáveis por essa falência seriam, dentre outros, a Folha de Pagamentos do funcionalismo e os próprios serviços públicos, como se o povo não precisasse desses serviços e se os impostos elevadíssimos do DF e os repasses do governo federal não pagassem suficientemente essa conta.

Para criar essa imagem, ele demonizou os(as) servidores(as), desmoralizou os serviços públicos e bateu o martelo pelo não pagamento do reajuste. Empurrou o funcionalismo à greve. Desqualificou as representações sindicais das categorias. Adotou uma prática antissindical, com a judicialização de nossos pleitos e a criminalização de nosso movimento autônomo e forte.

A força questionadora da categoria docente

Diante dessa situação, a nossa categoria ousou questionar, criticar e negar a essa falsa imagem de baderna na gestão pública, criada para dar sustentação à privatização de serviços e de espaços públicos, como começou a acontecer, por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs), no Parque da Cidade, Torre de TV, Torre Digital, Jardim Zoológico, Transbrásilia, Estádio Mané Garrincha, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, entre outros.

Desde o início deste ano, as categorias do funcionalismo formaram uma unidade classista para lutarem contra as retiradas de direitos, o calote nos salários e, sobretudo, a destruição do movimento sindical e estiveram em todas as atividades da greve dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais.

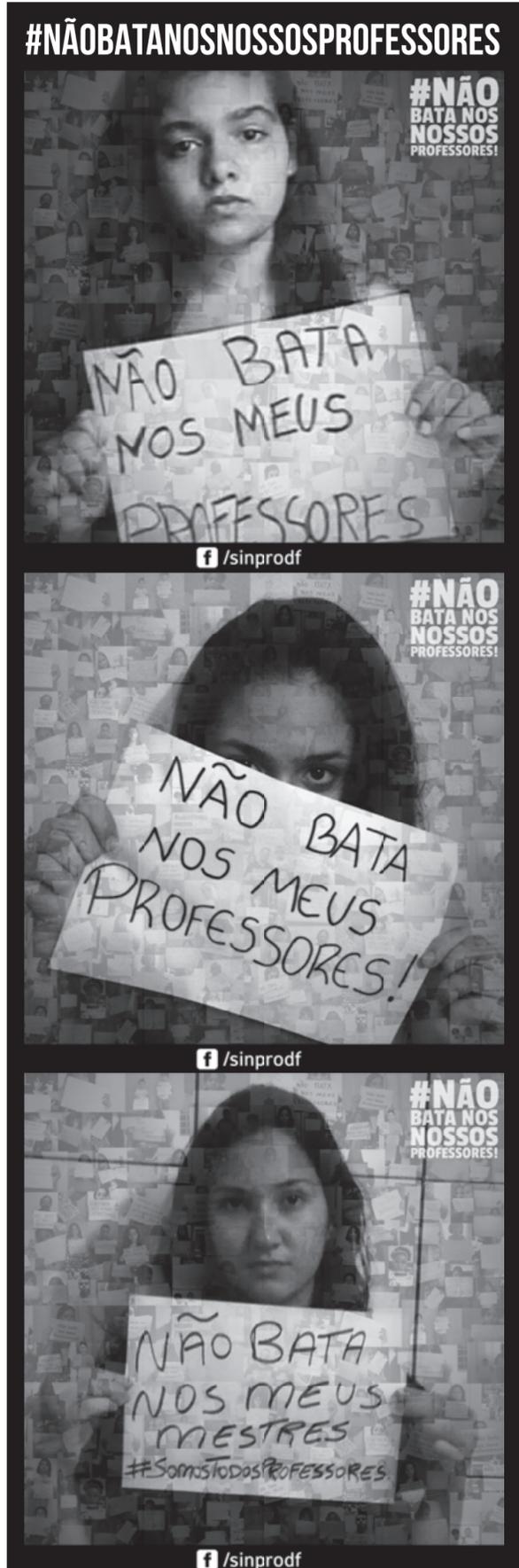
Não vale a pena ver de novo

Rodrigo Rollemberg se empoderou do espírito da ex-primeira ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, que, durante os 11 anos (1979-1990), adotou medidas de ajuste fiscal para implantar o neoliberalismo. Para isso, ela atacou direitos trabalhistas e destruiu, com mão de ferro, o movimento sindical.

Dizimou a indústria e as comunidades inteiras que viviam das minas de carvão e das indústrias para privatizá-las. Hoje, a Inglaterra importa 40 milhões de toneladas de carvão por ano. Após 1985, cerca de 230 mil mineiros perderam seus postos de trabalho e 165 minas foram fechadas pelo governo Thatcher.

No mesmo período, o ex-presidente dos EUA, Ronald Reagan, exterminou o movimento sindical norte-americano para implantar o neoliberalismo e privatizar os serviços públicos. O ícone dessa destruição, nos EUA, foi o massacre do sindicato dos controladores de voo.

No Brasil, nessa época, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) destruiu, pelo mesmo motivo, o Sindicato dos Petroleiros. Somente há pouco tempo, após o governo democrático-popular, os petroleiros começaram a se reerguer, já com a dura tarefa de combater a privatização da Petrobras e a entrega do pré-sal para as multinacionais.



PARTICIPAÇÃO E UNIDADE IMPÕE

Atividades realizadas durante os 29 dias de greve do magistério público reuniram

Em 29 dias de greve, professores(as) e orientadores(as) educacionais mostraram a garra com que lutam contra o calote do governo de Rodrigo Rollemberg (PSB). Atividades realizadas no Distrito Federal denunciaram à população todos os ataques do governo contra o funcionalismo público. Uma das principais ações que garantiram o recuo do governo foi a unidade e a participação da categoria docente, bem como a atuação conjunta e a mobilização dos sindicatos e dos(as) servidores(as) públicos. Isso criou uma unidade classista que impediu o avanço do choque de gestão. Mas não eliminou as ameaças. Afinal, o governo Rollemberg é neoliberal e tentará, o tempo todo, atacar o movimento sindical e os direitos da classe trabalhadora. Desde o início do ano, ele ameaça não pagar 13º salário, férias, rescisão dos professores temporários, entre outros. Tentou parcelar os salários, alterou de forma autoritária o calendário escolar e não repassou a verba do PDAF às escolas públicas. Da deflagração da greve (15 de outubro) à sua suspensão (12 de novembro), houve atos públicos, assembleias, greve de fome e agressão da Polícia Militar. A luta continua até porque o governo se mantém na ilegalidade ao não respeitar a Lei nº 5.105/2013, o nosso plano de carreira.



GREVE DE FOME NA CLDF

Quarenta professores e professoras entraram em greve de fome, no dia 11 de novembro, por causa da falta de negociação do governo Rollemberg. Eles e elas ocuparam o gabinete da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Do lado de fora da CLDF, professores(as) e orientadores(as) educacionais realizaram uma vigília em solidariedade aos(as) companheiros(as) da carreira.

ATAQUE DA POLÍCIA E M



SPRAY DE PIME

No dia 11 de novembro, os(as) professores(as) em greve foram, na maioria, agredidos por policiais militares. Após fechar o Monumental, os professores foram agredidos no gramado do Palácio do Planalto, vários(as) professores(as) foram reprimidos com spray de pimenta. Um professor escapou da ação da Polícia Militar.



PIQUETAÇO

No dia 29 de outubro, a categoria realizou ato público no centro de Taguatinga. O protesto foi contra a violência da polícia contra manifestantes no dia anterior. A resposta da categoria ao ataque foi o fortalecimento e aumento considerável de adesões à greve. O piquetaço denunciou a violência. Nossa categoria não admite o uso de força policial para nos reprimir e muito menos a utilização de bombas de efeito moral e tiros de bala de borracha contra grevistas.

DOAÇÃO DE SANGUE NO HEMOCENTRO

Outra ação em resposta ao ataque violento da polícia aos manifestantes do dia 28 de novembro foi a doação de sangue no Hemocentro. A categoria entendeu e deliberou, em assembleia, que a única forma que ela tem para doar seu sangue é no Hemocentro. Centenas de professores(as) e orientadores(as) educacionais participaram da "Campanha Doe Sangue Você Também. Um Ato Solidário!" A atividade de greve ocorreu no Hemocentro de Brasília, no dia 5 de novembro. A maioria doou sangue e, os que não puderam, participaram da atividade de protesto. "A gente prefere doar nosso sangue dessa forma", disse o diretor de Imprensa do Sinpro-DF, Cláudio Antunes, referindo-se às agressões da polícia.



LINHA DO TEMPO: MOMENTOS IMPORTANTES DA GREVE



8/10 – Assembleia Geral – Decretação da greve



15/10 – Ato Público em Taguatinga – Deflagração da greve



16/10 – Ato Público Unificado – Não ao Calote!



20/10 –



28/10 – Manifestação nos Eixos Sul e Norte – Massacre da polícia



29/10 – Ato Público – Caminhada para a Residência do Governador



30/10 – Assembleia Geral



06/11 – Ato Cultural Unificado na Rodoviária do Plano Piloto



09/11 – Assembleia Geral

EM RECUELO AO CHOQUE DE GESTÃO

a categoria numa luta incessante contra o retrocesso político e a perda de direitos

Em assembleia geral, realizada no dia 8 de outubro, a categoria decretou a greve por tempo indeterminado porque o Governo do Distrito Federal (GDF) não pagou e nem apresentou uma proposta séria para o pagamento do reajuste do plano de carreira em vigor. Para justificar o calote, o governo Rollemberg ofereceu uma contrapartida imoral e, economicamente, danosa para o funcionalismo público, criando, a cada semana, uma situação nova e agressiva de retirada de direitos e de instabilidade entre os(as) servidores(as) públicos(as). Dentre os ataques, destaca-se a ameaça de mexer na coordenação pedagógica nas jornadas ampliadas, nos salários e na aposentadoria do(a) servidor(a) efetivo(a) da categoria docente.



DIA DO PROFESSOR: DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

Em ato público realizado no dia 15 de outubro, Dia do Professor(a), na Praça do Relógio, professores(as) e orientadores(as) educacionais uniram-se a outras categorias do funcionalismo e iniciaram a greve geral contra a perda de direitos e de salário. Escolas amanheceram com faixas de greve nos portões, demonstrando a insatisfação. Da Praça do Relógio, a categoria saiu em passeata pela principal avenida de Taguatinga e, em seguida, fechou algumas vias. Nos principais cruzamentos e pontos importantes da região, como na entrada do Metrô, reproduziram mais de 20 mensagens no asfalto com os dizeres "Rollemberg, calote não".

MASSACRE NO EIXO SUL E NORTE



No Dia do Servidor Público, 28 de outubro, uma atividade da greve por direitos adquiridos e pelo cumprimento das leis se tornou um cenário de guerra. A truculência da polícia ocorreu durante um ato de protesto contra a intransigência do governo Rollemberg em não negociar com a categoria em greve e não apresentar uma solução para o pagamento das tabelas salariais.

Professores(as) bloquearam, por alguns minutos, as saídas de Brasília nos Eixos Norte e Sul para denunciar à sociedade o descaso do governador com a educação. Por ordem do governador o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) atacou os manifestantes que estavam na Saída Sul com disparos de bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, balas de borracha em todas as direções para acabar com o protesto. Prendeu professores e professoras, arrancando-os(as) de dentro de seus veículos quando eles e elas se preparavam para encerrar o ato público.

Vários(as) professores(as) necessitaram de atendimento médico por causa da violência do ataque policial. Além do pânico provocado pela ação da polícia, seis manifestantes foram presos na 1ª Delegacia de Polícia.

ATA

novembro
ores(as) em
novamente,
policiais mili-
charem o Eixo
e ocuparem o
alácio do Buri-
professores(as)
dos(as) com
anta jogado
s. Ninguém
ão truculenta
itar do DF.



AJUDA HUMANITÁRIA

A comissão de negociação do Sinpro-DF percorreu a cidade em busca de organismos de ajuda humanitária para intervir na situação de conflito criada pelo governo Rollemberg e buscar que o GDF apresentasse uma proposta séria e factível para a categoria. A mobilização contou com o apoio da Comissão de Justiça e Paz, da Conferência Nacional Dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Universidade de Brasília (UnB), além de senadores e de deputados da banca distrital e federal.

ATO PÚBLICO EM ÁGUAS CLARAS

No dia 29 de outubro, a categoria realizou uma das mais fortes manifestações da greve, em frente à Residência Oficial de Águas Claras, para cobrar o pagamento do reajuste salarial. Centenas de professores(as) e orientadores(as) educacionais participaram da ação.



Ocupação da Câmara Legislativa



21/10 – Piquetes em 14 Regiões Administrativas



23/10 – Assembleia Geral – Praça do Buriti



27/10 – Assembleia Geral e Ato Unificado dos Servidores



11/11 – Assembleia Geral e Reunião com MPDFT



12/11 – Assembleia Geral e suspensão da greve

GOVERNO ROLLEMBERG CESSA ATAQUES À EDUCAÇÃO E CATEGORIA RESPONDE COM INTERRUPTÃO DA GREVE

O movimento grevista foi suspenso após o Governo do Distrito Federal (GDF) debater 19 propostas com a categoria. Dentre os itens negociados, destacam-se alguns avanços que refletem o êxito da paralisação. Assinado por Sérgio Sampaio, Chefe da Casa Civil e Relações Institucionais e Sociais, o documento que levou à suspensão da greve, na assembleia no dia 12 de novembro, traz alguns pontos que merecem ser analisados.

O primeiro deles indica que o governo Rollemberg foi forçado a reconhecer o direito à última parcela do reajuste previsto no Plano de Carreira (Lei nº 5.105/2013). Todavia, a categoria rejeitou o item 1 porque o governo pretende “realizar o pagamento somente a partir de outubro de 2016”. Esse ítem será debatido na Campanha Salarial de 2016.

“O item 1 foi rejeitado em mais de uma ocasião pela catego-

ria porque congela o salário por um ano e meio. A quinta parcela do reajuste foi depositada em março de 2015. A sexta e última seria em setembro. Ao não fazer isso e jogar esse pagamento para outubro de 2016, o GDF mostra que, assim, não haverá nenhum reajuste previsto nas tabelas. É o calote materializado. Por isso, dizemos que o governo é caloteiro. Ele assumiu essa condição. Por essa razão, a greve não foi encerrada e, sim, suspensa”, esclarece Cleber Soares, diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Apesar desse impasse, a greve impediu o avanço de várias medidas neoliberais em curso no Distrito Federal. O item sete, por exemplo, que visa criar um projeto de lei sobre o pagamento do auxílio alimentação e transporte para contratos temporários e encaminhá-lo à CLDF, é um dos que levaram a categoria a suspender a greve.

O item seguinte, que causava uma série de transtornos e desconfortos aos professores(as)

que residem na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), assegurou a formação de uma comissão nos sete dias após o fim da greve. Formada por sindicalistas da comissão de negociação e da Secretaria de Educação do DF (SEEDF), a Comissão da Ride terá como único objetivo estudar soluções e viabilizar o pagamento do auxílio transporte aos(as) professores(as) residentes na Ride, sem a necessidade de comprovação de deslocamento diário.

Em relação à Gratificação por Atividade de Ensino Especial (GAEE) é importante destacar que o governo apresentou uma proposta de pagamento da GAEE para os(as) professores(as) que atuam na inclusão. O efeito dessa proposta é que em breve não necessitaremos buscar o pagamento por meio judicial.

Outro ponto que destacamos foi o item 9, que garante o pagamento da pecúnia da

licença-prêmio no período de dezembro de 2015 a março de 2016. Durante a greve os aposentados participaram de todas as atividades, inclusive dos piquetes.

Um exemplo disso é o item 11, que manteve o direito à licença-prêmio, conforme prevê a Lei nº 840/2011. O item 12 garantiu a jornada ampliada. E o item 17 assegurou a gestão democrática das escolas, segundo definição da Lei nº 4.751/2012 (Lei da Gestão Democrática).

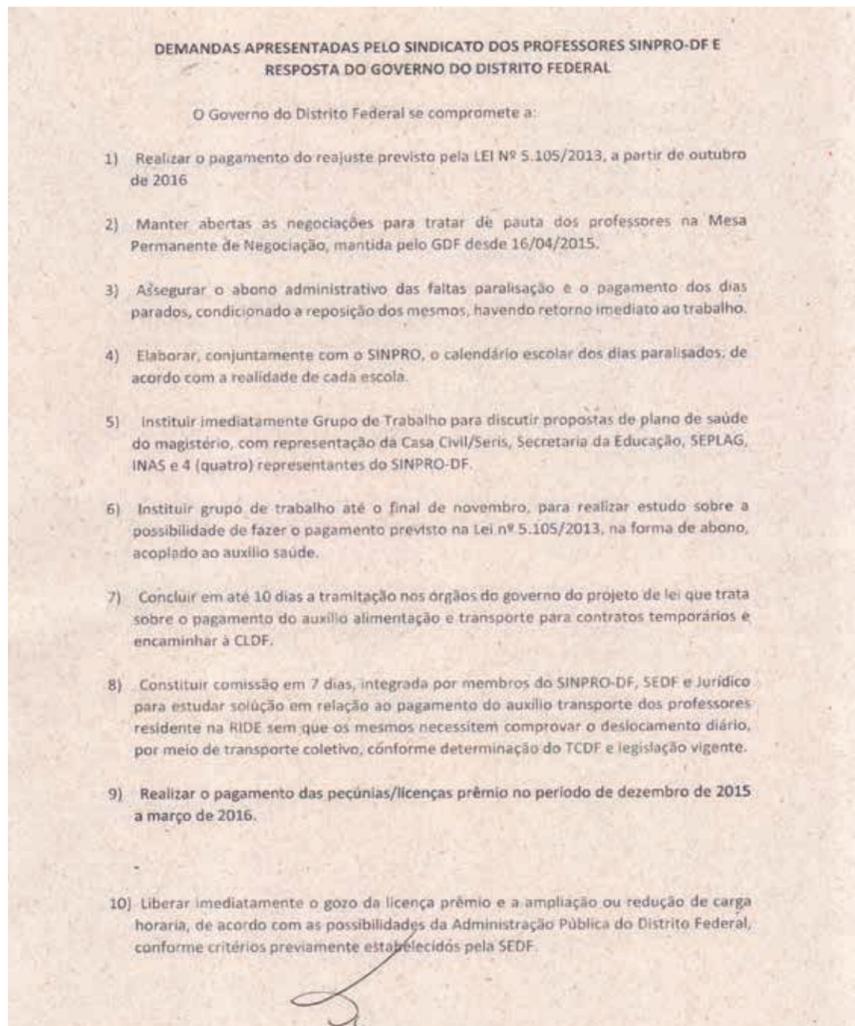
Um dos mais importantes acordos dessa greve foi o item 18. Nesse item, o governo neoliberal de Rodrigo Rollemberg teve de recuar no projeto de privatizar as gestões das escolas públicas do DF.

O item 18 assegura que o GDF não implantará, nas modalidades da educação pública do Distrito Federal, o modelo de gestão baseado em Organizações Sociais (OS), incluindo aí as unidades de ensino que ofertam educação infantil e contam

com gestores(as) e professores(as) da SEEDF.

“O documento apresenta alguns compromissos do GDF em manter direitos que ele ameaçava retirar. Forçamos o governo a recuar. Ele teve de assumir a sua fragilidade”, avalia Soares.

O diretor de Imprensa afirma que, ao não pagar o último resíduo do plano de carreira, o governo Rodrigo Rollemberg gerou um valor retroativo, que está explicitado no item 19. “O GDF reconheceu também esse débito. Foi uma dificuldade enorme para que o governador Rollemberg admitisse o dever de pagar esse retroativo referente ao pagamento das tabelas salariais previsto para setembro de 2015. Inicialmente, informou que pagaria em janeiro de 2017, mas, ao retirar essa data, deixa o debate em aberto para que esse pagamento seja antecipado. Lutaremos para que seja realizado o mais rápido possível”, diz Soares.



CALOTE DO GOVERNADOR ENSEJA CAMPANHA SALARIAL DE 2016

“Começamos a Campanha Salarial com a cobrança da sexta parcela do plano de carreira, o retroativo a respeito dessa parcela que está atrasada e também a recomposição da perda salarial” afirma Cláudio Antunes, diretor de Imprensa do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

Para o sindicalista, o intuito é avançar cada vez mais para que a categoria possa ampliar o poder de compra. Todavia, os desafios que teremos pela frente serão enormes. “Vai ser muito difícil porque o governo Rollemberg é neoliberal, sempre vai jogar a responsabilidade nas costas da classe trabalhadora, tentando retirar conquistas e congelar salários. Vai ser uma campanha árdua”, prevê o sindicalista Cláudio.

Ao instituir o calote e não pagar a tabela salarial vigente,

o governo Rollemberg (PSB) atinge Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Distrital de Educação (PDE). A Meta 17 do PNE versa sobre a valorização dos(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma que equipara seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente até o fim do sexto ano de vigência do PNE.

No PDE a mesma Meta se aplica à realidade dos(as) trabalhadores(as) do ensino público do Distrito Federal. Ou seja, a Meta 17 do Plano Distrital de Educação “valoriza os profissionais de magistério da rede pública de educação básica de forma que também equipara seu vencimento básico à média das demais carreiras de servidores públicos do DF, com nível de escolaridade equivalente,

até o fim do quarto ano de vigência do PDE”, esclarece Cláudio Antunes.

Desde 2004, a categoria recebe reajustes anuais. Nos três governos anteriores ao de Rollemberg, os reajustes foram pagos. “Em 2003, no segundo plano de carreira, Lei nº 3.318/04, as tabelas salariais foram integralizadas em cinco parcelas, nos anos 2004, 2005 e 2006”, lembra Antunes.

Em 2007, um novo plano de carreira (Lei nº 4.075) garantiu direitos ainda não existentes, melhores condições de trabalho e nova tabela salarial, paga em três parcelas: 2008, 2009 e 2010. Em 2012, o Plano de Carreira definiu os reajustes pagos em seis parcelas: 2013, 2014 e 2015. Esse avanço no poder de compra da categoria foi interrompido apenas por Rodrigo Rollemberg ao não pagar a última parcela do reajuste salarial.

A valorização do(a) professor(a) e do orientador(a) educacional é condição primordial para que se tenha uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Porém, o governador trafega pelo caminho oposto,

pois, pela primeira vez, um governo adentra o Palácio do Buriti com a proposta de congelar salários.

É diante deste cenário que precisamos nos unir contra a perda de direitos e conquistas da classe trabalhadora.

